

A Pandemia e o Reajuste Salarial do Docente

O servidor público de todas as categorias tem uma defasagem salarial acumulada em 17,5 %. Essas perdas ocorrem desde o Governo Beto Richa e segue para o Governo Ratinho (2017, 2018, 2019).

Em 28/04/2020, o Fórum das Entidades Sindicais que representa 22 sindicatos do Serviço Público do Paraná, entre eles o SESDUEM, enviou um ofício para tratar do reajuste salarial e foi recebido pelo Secretário Reynold Stephanes como representante do Governo na perspectiva de iniciarmos uma negociação. No entanto, houve troca de Secretários e as negociações foram paralisadas e retomadas quando assume Marcel Michellon (novo Secretário), com novo ofício e somando novas pautas, como a emenda da LDO que congela salários e plano de carreira em 2021, entres outros temas urgentes. A coordenação do FES já se reuniu com o assessor do Secretário levando a pauta e estamos aguardando o retorno das reivindicações.

A LDO e a emenda que congela salários e suspensão de promoções e progressões

Na primeira quinzena de julho o Governo Ratinho encaminhou para a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) um ofício de emenda ao orçamento de 2021 pedindo a suspensão do reajuste de 1,5% no salário dos servidores públicos. Esse reajuste já estava acordado, resultado da luta que travamos com a Greve de 2019 e aprovado na ALEP. O pedido do Governo prevê a suspensão de promoções e progressões de carreira, também, direito conquistado em lei em 07 de maio de 1997 (Lei n 11713/97) O Governo se utiliza da Pandemia para atacar o servidor público e o serviço público. Argumenta que a atual situação das finanças públicas como consequência econômica da pandemia do COVID 19.

Como andam as finanças públicas do Estado do Paraná? Será que o orçamento do Estado justifica o congelamento dos nossos salários?

Para entender melhor a situação econômica do Estado do Paraná e a reivindicação justa de reposição salarial de nossa categoria foi necessário estudarmos, com assessoria do economista Cid Cordeiro e a coleta dos dados econômicos da Receita do Estado (ICMS, Impostos e todos os auxílios emergências) nesse período de pandemia.

Vejamos algumas conclusões dos estudos do economista:

1. O Governo tem afirmado que vai perder R\$ 3,5 bilhões de ICMS. Não é verdade. As perdas serão bem inferiores ao que apresentam e serão recompensadas. De março a junho, a perda é de R\$ 957 milhões. Nesse período de pandemia, a queda não deve ultrapassar R\$ 1,6 bilhão até o mês de agosto.
2. A União está repassando compensação e auxílios para o Governo. No caso do ICMS o auxílio será de R\$ 1,717 bilhão, ou seja, o Governo vai receber mais do que perderá no período de março a agosto com o ICMS.

3. Está recebendo, também, como compensação por perda do Fundo de Participação dos Estados – FPE, o montante de R\$ 129 milhões, compensando assim toda perda de arrecadação que o governo terá no período de março a junho com FPE.

4. A Lei Complementar 173/2020 atendeu os estados com suspensão do pagamento da dívida em 2020. Serão R\$ 352 milhões que o Estado deixará de pagar esse ano e que ficarão no seu caixa, podendo chegar a R\$ 528,2 milhões se o Governo do Paraná utilizar todas as modalidades de suspensão de pagamento das dívidas.

5. O auxílio Financeiro, compensações e suspensão de pagamento da dívida equalizam a receita

6. O servidor(a) não pode pagar a conta novamente!

a) O Governo quer congelar o salário do Servidor(a) de forma ilegal, mas não mexe com o valor que repassa para os grandes empresários. O Paraná concede benefício fiscal de R\$ 12 bilhões para os empresários, 40% desse valor vai para o agronegócio.

b) Esses dados mostram que o Estado tem recursos para pagar o que deve aos(as) Servidores(as) e não cortar nenhum direito.

c) O governo fez novos estudos para reduzir direitos dos(as) Servidores(as), principalmente em relação ao corte dos auxílios e valores indenizatórios como o período noturno.

d) O(a) servidor(a) já paga pela crise econômica há tempos com a suspensão das promoções e progressões; 3 anos sem reajuste na Data Base com inflação acumulada de 17,50%; com a reforma da previdência e o aumento da alíquota de 11% para 14%; aumento esse significativo na contribuição dos(as) aposentados(as) e pensionistas; fim da licença especial; extinção de carreiras, dentre outros direitos e garantias retirados.

(fonte: Cid Cordeiro Silva, Economista - Assessor do FES - Curitiba, 13 de julho de 2020).

Portanto, essa conta o(a) Servidor(a) já pagou e não pode ser penalizado principalmente com decisões tomadas a partir de dados maquiados.”

AÇÕES DA DIRETORIA DA SESDUEM

O Fórum das Entidades Sindicais que representa 22 sindicatos do Serviço Público do Paraná, entre eles o SESDUEM está buscando agendar com os deputados que compõem a Comissão de Orçamento (Evandro Araújo, Tiago Amaral, Anibelli, Guerra, Márcio Pacheco, Recalcatti, Paulo Litro) e demais deputado e solicitar a retirada da emenda que congela salários e suspende a progressão na carreira, embasado em pareceres da Procuradoria Geral do Estado e a Nota técnica do Ministério da Economia e nos garante o reajuste salarial, bem como as nossas progressões.

E importante que a categoria de docentes acompanhe e pressione nossos representantes na Assembleia Legislativa que foram eleitos para garantir a qualidade do serviço público, em defesas das universidades estaduais do Paraná e do servidor público que se encontra nesse momento no *front da* Pandemia e, portanto, merece respeito pelos seus direitos.

FILIE-SE, acompanhe as assembleias, participe e fortaleça o sindicato.

Diretoria SESDUEM

#sesduem

#RespeitemAutonomiadaUem

#PelosNãoCongelamentoDasPromoçõeseProgressões

É LUTA, É SESDUEM: FILIE-SE!

www.sesduem.com.br / Fone: (44) 3354-9420

E-mail: sesduem@gmail.com WhatsApp: 44 98455-3862